Bolsas
Na segunda-feira
São Paulo **0,19%**
Nova York **0,11%**

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
177.726 — 172.179
5/8 6/8 7/8 10/8

Na segunda-feira
R$ 5,110
(+0,53%)

Dólar

	Últimos
4/agosto	5,130
5/agosto	5,128
6/agosto	5,107
7/agosto	5,083

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na segunda-feira
R$ 5,899

CDI
Ao ano
13,90%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,88%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Fevereiro/2026	0,70
Março/2026	0,88
Abril/2026	0,67
Maio/2026	0,58
junho/2026	0,16

CONJUNTURA / Preocupada com os riscos da migração do sistema atual para o novo, entidade entrega manifesto à Receita Federal. Segundo a Brascom, empresas de pequeno porte não estão preparadas para atuarem no ambiente digital

Reforma tributária ainda traz incertezas

» ROSANA HESSEL

Ed Alves/CB/D.A Press

O manifesto contendo a preocupação da Brascom com o calendário apertado deve ser entregue hoje a Robinson Barreirinhas, secretário da Receita

Apesar de ter sido aprovada em 2023, a reforma tributária que cria o Imposto de Valor Agregado (IVA) sobre o consumo tem deixado a maioria dos empresários brasileiros preocupados com a regulamentação. Por isso, representantes da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom) pretendem apresentar, hoje, ao secretário da Receita Federal Robinson Barreirinhas, levantamento que mostra os riscos do cronograma apertado que foi criado pela Receita Federal, no fim de julho, para a migração para o sistema dual das notas fiscais.

Com a reforma, saem de cena os impostos federais para a entrada da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Enquanto isso, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) passa a ser o novo imposto estadual e municipal.

"Vamos apresentar um manifesto para a Secretaria da Receita Federal entender o que está acontecendo e vem preocupando as empresas, porque o índice de digitalização das empresas de pequeno porte é muito baixo e elas não estarão preparadas para a migração do ambiente digital que está previsto para a reforma tributária", alertou Sergio Sgobbi, diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Brasscom, em entrevista ao **Correio**.

A entidade recorda que a regulamentação da reforma só foi publicada em janeiro deste ano, e o cronograma foi divulgado no fim de julho. Portanto, os prazos de adaptação dos sistemas são muito curtos para as empresas desenvolverem seus sistemas e testarem as soluções fiscais para a migração para o novo sistema.

Dados da Brasscom e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) mostram que apenas 17% dos micro e pequenos negócios no país utilizam alguma ferramenta digital para automação de processos. O levantamento ainda aponta que 66% estão em estágios iniciais precários de digitalização. "O cenário é preocupante, quando queremos pensar na migração para o novo sistema de notas fiscais da reforma tributária", alertou o diretor.

Com isso, segundo ele, existe um universo de milhões de micro e pequenas empresas que ainda precisarão se adaptar ao novo sistema e as novas notas fiscais, sem contar nos aprimoramentos e exceções, como o cashback, o Imposto Seletivo, o polêmico split payment. "Isso já é a sofisticação do sistema, mas ainda estamos preocupados com o básico e não dá para fazer tudo ao mesmo tempo até 1º de janeiro de 2027", destacou.

Se o Fisco não prestar atenção nesse problema, de acordo com Sgobbi, a partir de janeiro de 2027, quando não existirá mais PIS-Cofins e entrar em vigor a CBS, também não haverá arrecadação federal para a maioria das empresas que não estarão conectadas como o esperado devido à falta de digitalização das empresas.

Ao comentar sobre o manifesto, o diretor da entidade lembrou que ele não está criticando a reforma. "A entidade registra que o setor de tecnologia vem solicitando, há mais de um ano, a divulgação do cronograma de entrada das atualizações de documentos fiscais relacionados à Reforma, para que empresas desenvolvedoras de softwares, ERPs e soluções fiscais possam planejar adequadamente seus ciclos de desenvolvimento, testes, homologação e implantação", explicou. Segundo ele, a publicação dessas definições, realizada no dia 31 de julho, foi positiva, porém o prazo foi reduzido para o início da adequação, no início de agosto.

> **"O cenário é preocupante, quando queremos pensar na migração para o novo sistema de notas fiscais da reforma tributária"**
>
> ***Sergio Sgobbi,***
> *diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Brasscom*

EUA aceitam negociar com o Brasil na OMC

O governo dos Estados Unidos aceitou, formalmente, dialogar com o Brasil no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o novo tarifaço de até 37,5% sobre produtos brasileiros, que começou a valer em 24 de julho. A informação foi divulgada, ontem, pelo organismo multilateral.

"Os Estados Unidos aceitam o pedido do Brasil para iniciar consultas. Estamos à disposição para nos reunirmos com representantes de sua missão em uma data mutuamente conveniente para as consultas", destacou a nota do governo norte-americano encaminhada, ontem, ao Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC.

No dia 27 de julho, o Brasil entrou com a ação, na OMC, questionando as sobretaxas impostas pelos Estados Unidos, em decorrência de duas investigações realizadas pelo Escritório do Representante de Comércio norte-americano (USTR) com base na Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA de 1974. Na abertura do processo, o governo brasileiro afirmou que as tarifas adicionais são superiores às tarifas normalmente aplicáveis de acordo com a Nomenclatura Harmonizada de Tarifas dos EUA. A solicitação foi distribuída aos membros da OMC em 30 de julho.

Entre os dias 22 e 24 de julho, os EUA iniciaram a aplicação de duas sobretaxas a produtos brasileiros que somaram até 37,5%. Ao aplicar a taxa adicional de 25%, o USTR alegou que o Brasil adota práticas desleais de comércio em relação às empresas norte-americanas; e outra de 12,5% foi aplicada sob o argumento de que o governo brasileiro e outros 59 países falharam na fiscalização do comércio de bens produzidos com trabalho forçado.

Pedido chinês

Também ontem, a OMC informou que a China solicitou a participação na consulta solicitada pelo Brasil contra os EUA. O país asiático se posicionou contra o tarifaço imposto pelo governo Donald Trump ao Brasil com base em investigações comerciais do USTR junto ao organismo multilateral.

"A China tem um interesse comercial substancial nessas consultas", destacou a nota, indicando que o pedido do governo chinês foi feito no último dia 6, ou seja, antes de os EUA indicarem que querem negociar.

De acordo com o documento, a investigação da Seção 301 sobre trabalho forçado do USTR, bem como os instrumentos relevantes utilizados para manter ou implementar a investigação, conforme identificado no pedido de consultas acima mencionado, incluindo, entre outros, as Seções 301 e 304 da Lei de Comércio de 1974, as Determinações e Notificações de Ações feitas pelos Estados Unidos, "resultam na imposição de certas medidas pelos Estados Unidos sobre produtos originários da China", informa o governo chinês no documento encaminhado à OMC. "Essas medidas afetam todas as exportações da China para os Estados Unidos", acrescentou o comunicado.

Sistema enfraquecido

Conforme informações do Ministério das Relações Exteriores (MRE), essa participação de terceiros na consulta é uma possibilidade prevista no regulamento da OMC. Além disso, os Estados Unidos têm 60 dias para se manifestarem no processo de consulta aberto pelo Brasil junto ao organismo multilateral a partir da notificação. Contudo, vale lembrar que o órgão de solução de controvérsias continua praticamente paralisado, porque os EUA não indicaram membros para participarem do board desde o primeiro mandato de Trump.

O governo brasileiro reconhece que o sistema de solução de controvérsia da Organização está enfraquecido, mas fontes do Itamaraty informaram que a posição oficial é de continuar valorizando o papel da OMC como instância multilateral nessa consulta que tem caráter muito técnico. (**RH**)

Divulgação/Opeu

EUA anunciaram que vão dialogar com o Brasil na OMC

Pix vai percorrer o mundo

» RAFAELA GONÇALVES

Em meio às críticas do governo dos Estados Unidos ao Pix, o Banco Central (BC) informou que avalia conectar o sistema brasileiro a plataformas de pagamentos instantâneos de outros países. A autoridade monetária considera acordos bilaterais e a participação em hubs multilaterais para viabilizar transações internacionais em poucos segundos.

A informação consta do segundo Relatório Gestão do Pix, referente ao período de 2023 a 2025. Segundo o documento, modelos de pagamentos transfronteiriços desenvolvidos por instituições privadas em parceria com empresas de outras jurisdições já permitem que brasileiros utilizem o Pix no exterior e que não residentes façam pagamentos no Brasil por meio de aplicativos de instituições estrangeiras.

Na avaliação do BC, a integração entre sistemas de pagamentos instantâneos pode reduzir tarifas, aumentar a velocidade das operações, ampliar o acesso e melhorar a transparência das transações internacionais. "Estão em discussão tanto interligações bilaterais quanto a participação em hubs multilaterais. Essas interligações permitiriam a realização de remessas internacionais e de transações de compra com disponibilização dos recursos em moeda local em poucos segundos", destacou a autoridade monetária.

A discussão ocorre em meio ao aumento das tensões comerciais entre Brasil e Estados Unidos. O Pix foi incluído pelo governo norte-americano em um conjunto de alegadas "práticas comerciais desleais" atribuídas ao país, o que levou à imposição de uma tarifa adicional de 25% sobre parte das exportações brasileiras. O presidente Donald Trump também já afirmou que o sistema de pagamentos do Banco Central prejudica empresas do setor nos EUA.

Garantia de crédito

Além da expansão internacional, o BC estuda integrar o Pix ao mercado de crédito. A proposta prevê a utilização de informações e fluxos futuros gerados pelo sistema como suporte ou garantia para operações de financiamento. "A iniciativa busca viabilizar que informações e fluxos originados no ecossistema do Pix possam ser utilizados como suporte a operações de financiamento da atividade econômica", afirmou o BC no relatório.

De acordo com a autoridade monetária, a medida pode melhorar a qualidade das garantias e reduzir o custo do crédito, sobretudo para empresas que movimentam grande volume de recursos pelo Pix.

O BC também acompanha soluções desenvolvidas por instituições privadas para oferecer crédito durante a própria jornada de iniciação de uma transação. A ideia permite que clientes tenham acesso a alternativas de parcelamento de pagamentos e transferências realizadas pelo sistema.